



CAPÍTULO 1

A RESPONSABILIDADE POR DANO MORAL AMBIENTAL COLETIVO

ANA CAROLINE CÂMARA BEZERRA; RENATA MARIA BRASILEIRO
SOBRAL SOARES

<https://doi.org/10.5281/zenodo.14286243>

RESUMO

A CRESCENTE PREOCUPAÇÃO COM A PRESERVAÇÃO ambiental tem impulsionado discussões e ações políticas e legais em todo o mundo, e o Brasil não é exceção. O imbróglgio entre narrativas que discutem a necessidade de desenvolvimento econômico, ao lado da adequada e suficiente preservação ambiental, continua atual, e descortina importantes conflitos políticos, econômicos e jurídicos.

A pesquisa investiga a responsabilidade civil pelos danos coletivos ao meio ambiente como conceito fundamental no campo do Direito ambiental. O trabalho conceitua essa responsabilidade como à obrigação legal de reparar os danos causados ao meio ambiente que afetam não apenas indivíduos específicos, mas também a comunidade em geral ou grupos de pessoas.

A investigação reconhece diversas bases legais para a responsabilidade civil pelos danos ambientais. Reconhece ainda, que a reparação dos danos ambientais pode assumir diversas formas, incluindo compensação financeira, restauração do ambiente degradado, implementação de medidas de mitigação e prevenção, e até mesmo punições criminais.

O trabalho de investigação foi realizado a partir da análise do julgado Acórdão n. 161242 do Egrégio Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP) no Processo n. 001544684.2020.8.03.0001, com base na legislação, doutrina e jurisprudência.

Em conclusão, tem-se que a responsabilidade civil pelos danos coletivos ao meio ambiente desempenha um papel crucial na promoção da sustentabilidade e na proteção dos recursos naturais para as gerações presentes e futuras. Através da aplicação rigorosa das leis ambientais e da responsabilização dos infratores, é possível trabalhar para minimizar os impactos adversos sobre o meio ambiente em prol do desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Meio ambiente sustentável. Dano moral ambiental coletivo. Reparação do dano moral coletivo ambiental.

INTRODUÇÃO

Interessa cada vez mais aos sujeitos internacionais que os investimentos e as tratativas comerciais se deem entre àqueles que comprovem a eficácia de suas políticas públicas ambientais afinal, proteger o meio ambiente é tarefa que se impõe a todos urgentemente, como salvaguarda do hoje e do amanhã.

No cenário internacional, o Brasil desponta com evidência, pois possui uma das maiores florestas e área agriculturável.

Internamente, as consequências de desastres ambientais como o de Brumadinho, no estado brasileiro de Minas Gerais, revela a tensão existente entre as agendas política, econômica e ambiental, e fortalece a essencialidade e a necessidade do rigor e eficácia do Direito Ambiental brasileiro que carece, inclusive, de uma codificação que possa sistematizar suas diversas normas jurídicas.

No contexto jurídico brasileiro, a responsabilidade civil é definida como a obrigação dos poluidores em reparar os danos que eventualmente causarem ao meio ambiente, e objetiva que o meio ambiente ecologicamente equilibrado seja preservado para as presentes e futuras gerações.

A responsabilidade civil por dano moral ambiental coletivo tem ganhado relevo, tanto da comunidade jurídica quanto da sociedade civil, e reflete a necessidade de proteger não apenas o meio ambiente em si, mas também os direitos coletivos relacionados a ele.

Este trabalho pretende responder de que maneira ocorre a aplicação da responsabilidade civil por dano moral ambiental coletivo no sistema de justiça brasileiro. Tem por objetivos o exame da proteção ambiental no ordenamento jurídico brasileiro, os principais conceitos, legislações aplicáveis, as tendências jurisprudenciais a partir de uma decisão colegiada proferida em acórdão do Tribunal de Justiça do estado do Amapá que reconheceu o pedido de condenação por dano moral ambiental coletivo.

O trabalho de investigação foi realizado a partir da análise do julgado Acórdão n. 161242 do Egrégio Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP) no Processo n. 001544684.2020.8.03.0001, com base na legislação, doutrina e jurisprudência. A proposta não foi

analisar a jurisprudência como um todo, mas utilizá-la instrumentalmente para melhor compreensão do tema. Para tanto, há um recorte institucional, qual é a instituição decisória TJAP; um recorte temático, a responsabilidade por dano moral coletivo ambiental; e um recorte processual, o recurso de Apelação no Acórdão n. 161242 do TJAP.

O trabalho está dividido em três partes. A primeira, aborda a visão holística do meio ambiente sustentável e o microssistema jurídico ambiental brasileiro; a segunda, investiga a configuração da responsabilidade civil por dano moral ambiental coletivo, considerando a análise do julgado Acórdão n. 161242 do TJAP no Processo n. 0015446-84.2020.8.03.0001; a terceira, avalia a imprescritibilidade da responsabilidade ambiental e os instrumentos jurídicos disponíveis para a reparação dos danos morais ambientais coletivos no Brasil, tais como ações civis públicas e a ação popular.

A escolha do tema justifica-se pela necessidade de compreender como a justiça brasileira e a doutrina se posicionam sobre a aplicação da responsabilidade civil ambiental no contexto coletivo e na esfera extrapatrimonial frente às múltiplas dimensões do dano ambiental e variedade de seus impactos.

Os resultados da pesquisa demonstraram que a responsabilidade civil ambiental é fundamentada por diversos princípios e dispositivos do direito ambiental que justificam a aplicação de um regime diferenciado da responsabilidade civil, especialmente no que tange aos interesses coletivos. Foi possível compreender com a decisão do Tribunal de Justiça do Amapá os avanços da busca por uma tutela efetiva do meio ambiente e dos interesses coletivos relacionados na Justiça brasileira, a responsabilização das partes envolvidas e as medidas de reparação.

A VISÃO HOLÍSTICA DO MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL E O MICROSSISTEMA JURÍDICO AMBIENTAL BRASILEIRO

Gonçalves (2014, p. 360) menciona, a tentativa de compatibilizar o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental assume o nome de desenvolvimento sustentável.

O direito ao meio ambiente sustentável implica uma abordagem holística, pois considera não apenas os aspectos ambientais, mas também os sociais, econômicos e culturais, a partir do equilíbrio da utilização dos recursos naturais, o crescimento econômico e a equidade social. Busca-se, de tal modo, o crescimento da economia e a preservação ambiental, entregando às gerações futuras o direito a fruição dos bens ambientais.

Para vários países, o direito ao meio ambiente sustentável está consagrado nos tratados internacionais, no texto constitucional e nas legislações ambientais. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 (CF/1988) não o traz expressamente, embora o preveja implicitamente em seus artigos 170 e 225 como direito fundamental e bem de uso comum do povo, inserindo, desse modo, uma série de deveres para o Poder Público e às coletividades.¹

A jurisprudência brasileira tem assegurado o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, reconhecendo-o, inclusive, como direito fundamental da pessoa humana. Esta é a posição do Supremo Tribunal Federal (STF):

1. Art. 170, CF: A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: (...)VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação (BRASIL, 1988).

“ O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado se configura como direito fundamental da pessoa humana. A mera revogação de normas operacionais fixadoras de parâmetros mensuráveis necessários ao cumprimento da legislação ambiental, sem sua substituição ou atualização, aparenta comprometer a observância da Constituição Federal, da legislação vigente e de compromissos internacionais. STF. Plenário. ADPF 747 MCRef/DF, ADPF 748 MC-Ref/DF e ADPF 749 MC-Ref/DF, Rel. Min. Rosa Weber, julgados em 27/11/2020 (Info 1000).

O princípio da solidariedade intergeracional (equidade intergeracional ou solidariedade diacrônica) tem estreita relação com o princípio do desenvolvimento sustentável. Trata-se do pacto entre as gerações, extraído da segunda parte do caput do art. 225 da CF/1988, e impõe aos setores público e privado a preservação ambiental em favor das futuras gerações.

As presentes gerações devem preservar o meio ambiente com a adoção de políticas ambientais que permitam não apenas à si mas também às futuras gerações a sua utilização. Desse modo, a geração atual não pode utilizar recursos ambientais de forma a privar seus descendentes desses recursos.

Hoje, as normas jurídicas ambientais brasileiras se encontram espalhadas pelo ordenamento jurídico, nas diversas leis federais, estaduais e municipais, nos decretos, resoluções e até mesmo posicionamentos extraídos de “acórdãos” e de súmulas dos Tribunais pátrios.

Na prática, a difusão de normas jurídicas sobre a temática tem levado a compreensão de um microssistema jurídico de tutela

ambiental, com a reunião de institutos, princípios e regras, a partir de uma lógica comum que possa permitir o diálogo de fontes, a supressão de lacunas e a correta interpretação, integração e aplicação do Direito Ambiental.

Atualmente, o microssistema jurídico de tutela ambiental brasileiro estrutura-se em quatro sistemas principais: o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGRH) e o Sistema de Responsabilização por Ilícitos Ambientais (SISRESPIA).

Afastada a compreensão dos três primeiros sistemas, pois demanda estudo próprio, o SISRESPIA cuidará daqueles que descumprirem as regras ambientais presentes nos três primeiros sistemas, a partir de um tríplice tutela processual e responsabilização dos infratores (cível, criminal e administrativa).

Com a entrada em vigor da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), Lei n. 6.938 de 31 de agosto de 1981, as condutas consistentes em ilícitos ambientais passaram a ficar sujeitas simultaneamente a esta tríplice responsabilização, com sanções administrativas (multas, perda de incentivos fiscais e creditícios e suspensão de atividades) e criminais previstas na legislação ambiental, além da responsabilização cível com a imposição da obrigação de indenizar e/ou reparar os danos causados.

Além disso, a PNMA passou a conceituar adequadamente a figura do poluidor como qualquer pessoa, natural ou jurídica, de direito público ou privado, que seja responsável, direta ou indire-

tamente, pela atividade de degradação ambiental (alteração adversa das características do meio ambiente).

Em menos de década, portanto, o regime de tríplice responsabilização do poluidor infrator fora então constitucionalizado nos termos do art. 225, §3º da Constituição da República de 1988:

“ Art. 225.

[...]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados. (BRASIL, 1988).

Atualmente, a responsabilidade administrativa decorrente de ilícitos ambientais

está fundamentada nos artigos 70 a 76 da Lei Federal n.º 9.605/98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. O rol das infrações administrativo-ambientais federais e suas regras gerais de incidência foram estabelecidas no Decreto Federal n.º 6.514/08, decreto regulamentador.

Importante lembrar que os estados-membros também possuem competência constitucional para a definição de infrações administrativo-ambientais estaduais, haja vista que a competência para se legislar sobre o meio ambiente é concorrente entre União e estados-membros, nos termos do art. 24 da Constituição da

República². Porém, os estados-membros somente poderão editar normas relativas às infrações administrativo-ambientais que sejam mais protetivas ao meio ambiente e para atender suas peculiaridades regionais, no exercício de sua competência constitucional concorrente³.

Os municípios possuem competência constitucional para legislar sobre assuntos de interesse local, e suplementar a legislação federal e a estadual no que couber, razão pela qual também poderão instituir verdadeiros códigos municipais de infrações ambientais, nos termos do art. 30 da Constituição da República⁴. Igualmente, os municípios poderão suplementar a legislação estadual e federal no limite do seu interesse local, desde que esse regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados, sob pena de afrontar a norma inserta no art. 24, VI da Constituição da República⁵.

A mesma Lei Federal n.º 9.605/98, também conhecida como a Lei dos Crimes Ambientais (LCA), estabeleceu as regras sobre a responsabilidade penal ambiental, e ordenou os crimes ambientais por categorias de bens jurídicos violados, tipificando-os em crimes ambientais dolosos e culposos. A LCA regulamenta o artigo 225, §3º da Constituição da República que criminalizou as infrações ao meio ambiente, ao passo que as regras gerais do

2. Art. 24, CF: Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: [...] VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição (BRASIL, 1988).

3. Vide ADI 5996, STF.

4. Art. 30, CF: Compete aos Municípios: I - legislar sobre assuntos de interesse local; II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber. (BRASIL, 1988).

5. Vide RE 586.224/SP.

Código Penal, do Código de Processo Penal e da Lei Federal n.º 9.099/95 se aplicam apenas subsidiariamente aos crimes ambientais.

Coube à PNMA instituir expressamente a responsabilidade civil do poluidor, impondo-lhe o dever de indenização e/ou reparação dos danos ambientais causados. Para tanto, definiu a legitimidade do Ministério Público para a propositura das respectivas ações de responsabilidade, nos termos dos seus artigos 4º, inciso VII e 14, §1º⁶.

A RESPONSABILIDADE CIVIL PELO DANO MORAL AMBIENTAL COLETIVO

Na sociedade de risco descrita por Ulrich Beck (2011, p.259), a radicalização dos processos de industrialização e de desenvolvimento técnico-científico resultam em riscos com potencial desastroso no contexto ambiental.

A pessoa que explora atividade econômica ocupa a posição de garantidor da preservação ambiental, sendo sempre considerado responsável pelos danos vinculados à atividade. Afinal, quem internaliza o lucro deve internalizar os prejuízos que causa, de

6. Art. 4º, PNMA: A Política Nacional do Meio Ambiente visará: [...] VII – à imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos. (BRASIL, 1981).

Art. 14, PNMA: [...] § 1º Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente. (BRASIL, 1981).

modo a evitar a privatização dos lucros e socialização dos prejuízos.

Esta lógica decorre do princípio do poluidor-pagador, que determina que o poluidor deve responder pelos custos sociais da poluição ou da degradação que causa por meio de suas atividades, o que força, por exemplo, a iniciativa privada a internalizar os custos ambientais gerados pela produção e pelo consumo na forma de degradação e de escasseamento dos recursos ambientais.

Vale ressaltar que o princípio poluidor-pagador possui viés preventivo e repressivo pois, ao mesmo tempo em que promove o ressarcimento do dano ambiental, também visa evitá-lo.

O princípio do poluidor-pagador é amplamente reconhecido em políticas ambientais em todo o mundo. Foi formalizado em documentos internacionais, como a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 (ECO/1992), que o prevê no Princípio 16: “As autoridades nacionais devem procurar promover a internacionalização dos custos ambientais e o uso de instrumentos econômicos, tendo em vista a abordagem segundo a qual o poluidor deve, em princípio, arcar com o custo da poluição, com a devida atenção ao interesse público e sem provocar distorções no comércio e nos investimentos internacionais.”.

Um dos principais marcos legais que reflete o princípio do poluidor-pagador no Brasil é a previsão normativa do artigo 4º, inciso VII, da PNMA. Ao mesmo tempo, o princípio do poluidor-pagador está presente em outras leis ambientais brasileiras, como a LCA e a Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

Na prática, o princípio do poluidor-pagador se reflete em várias medidas para prevenção e a reparação dos danos ambientais, como a aplicação de taxas e multas ambientais, a obrigação de recuperar áreas degradadas, a exigência de licenciamento ambiental para atividades potencialmente poluidoras.

Existem três enfoques da responsabilidade por danos ao meio ambiente: a preventiva, essência do Direito ambiental, que compreende a adoção de medidas preventivas como a exigência de licenciamentos ambientais e publicação de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA); a repressiva, que abrange as esferas administrativa e penal, com a cominação de sanção após a efetivação dano; e a reparadora, que consiste na responsabilidade civil em sua modalidade objetiva.

Leite e Melo afirmam que a juridicidade da questão ambiental vem redesenhando as funções da responsabilidade civil:

“ *A necessidade de proteção ambiental faz com que, além de serem mantidas as funções básicas do instituto da responsabilidade civil, as demais sejam ampliadas. Nesse sentido, o caráter preventivo, e até mesmo expiatório, ganha destaque ao lado do caráter reparatório do dano ambiental. A responsabilidade civil passa a se preocupar com as questões que estão por vir, todavia, sem olvidar da necessidade de reparação dos danos já ocasionados.* (2007, p.210)

Na decisão proferida no acórdão n. 161242, em razão de recurso de apelação interposto no Processo n. 0015446-84.2020.8.03.0001 que tramitou na 2ª Vara cível e de Fazenda Pública de Macapá, o órgão colegiado reconheceu a condenação

por dano moral ambiental coletivo com base na natureza sancionatória do princípio do poluidor-pagador. A decisão encerrou a Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do estado do Amapá em desfavor de Setembrino Souza Siqueira, em virtude de supostos danos ambientais (desmatamentos) realizados por este em área florestal sem autorização prévia da autoridade competente.

A petição inicial do processo n. 0015446-84.2020.8.03.0001 foi instruída com os autos da Notícia de Fato n. 0003422-47.2019.9.04.0001. O *parquet*, autor da ação, pugnou pela condenação do réu em obrigações de fazer/não fazer e indenização a coletividade por danos materiais e morais.

Citado, o réu se manifestou defensivamente no mérito sob os argumentos que possuía licença de instalação expedida pela Secretaria de Meio Ambiente de Macapá (SEMA), autorizando a supressão de vegetação para desenvolvimento de atividades agrícolas no terreno, e que pelo fato de possuir tal autorização, o Termo de embargo e interdição e o Auto de infração foram anulados. Apontou ainda, que havia nulidade na atuação pela não comunicação ao órgão licenciador, que houve prescrição devido ao fato de a área ser explorada há mais de 20 anos, reiterando a tese de prescrição ressarcitória. Pugnou pela nulidade da multa por incompetência do IBAMA, posto que a competência seria da autoridade licenciadora SEMA, que o imóvel possui inscrição no CAR e que possui licença SEMAM para realização de atividades necessárias ao desempenho de agricultura familiar, concluindo pela inexistência de danos materiais ou morais.

No primeiro grau, a justiça amapaense julgou procedentes os pedidos da inicial, julgando o feito com resolução do mérito, na forma do artigo 487, I, do Código de Processo Civil.

A Câmara única do E. TJAP por unanimidade conheceu e decidiu pelo não provimento do recurso de apelação interposto pelo réu Setembrino Souza Siqueira, nos termos do voto proferido pelo Relator Desembargador João Lages, mantendo, portanto, a sentença de primeiro grau. Participaram do julgamento os Excelentíssimos Senhores Desembargadores João Lages (Relator), Jayme Ferreira (Vogal) e a Excelentíssima Senhora Juíza Convocada Alaíde Maria de Paula (Vogal), na 125ª Sessão virtual realizada de 30 de setembro a 06 de outubro de 2022.

O segundo grau reconheceu que a pretensão de reparação civil de dano ambiental é imprescritível; que a utilização da área por extenso lapso temporal, por si só, não autoriza a prática de condutas violadoras ao meio ambiente, pois não se aplica a teoria do fato consumado ao Direito Ambiental, *ex vi* Súmula 613 do Superior Tribunal de Justiça (STJ); que o interesse do órgão ministerial para o ajuizamento de ação civil pública se alicerça em sua função institucional diante elementos que indiquem a existência de dano ao meio ambiente, consoante prescreve os artigos 1º, I, c/c 5º, da LACP e 129, III, da CF/1988; que a supressão de vegetação nativa exige prévia autorização do órgão estadual, nos termos do artigo 26 da Lei n. 12.651/2022; que o meio ambiente saudável é um direito fundamental de terceira geração, cuja proteção exige um trabalho conjunto do poder público e da coletividade com o escopo de preservá-lo para as presentes e futuras gerações, nos moldes artigo 225 da CF/1988, de modo que exatamente pela natureza difusa e intergeracional deste direito é que eventuais inobservâncias do dever de cuidado violam de sobremaneira a coletividade e ensejam a responsabilização por danos morais coletivos.

Pois bem, o dano ambiental pode ser definido como qualquer lesão causada ao meio ambiente. É de difícil ou impossível reparação, dada a natureza do bem lesado, o meio ambiente, bem de uso comum do povo, incorpóreo e imaterial.

Uma das principais características do dano ambiental que irá diferenciá-lo dos demais tipos de danos existentes no Direito brasileiro é a dispersão de vítimas e a dificuldade da valoração.

Uma vez impossibilitada a reparação ou restauração em espécie, que é a prioridade, deve-se partir para uma compensação ambiental. Caso não seja possível a compensação ambiental, passa-se a falar em indenização em pecúnia. Por tal razão, a última hipótese é a indenização, sendo certo que a preferência é a reparação ou restauração.

Com relação à reparação dos danos ambientais temos a restauração natural, consistente na recuperação do local degradado; compensação ecológica, quando não for possível a restauração natural, mediante a recuperação de outra área semelhante; ou, em último caso, por meio de indenização pecuniária, quando não for possível nem a restauração natural, nem a compensação ecológica.

Segundo o STJ, é plenamente possível a cumulação da obrigação de reparar o dano ambiental com a indenização pecuniária, até que haja a recuperação total do dano, se possível. Isso porque a cumulação de obrigação de fazer, não fazer e de pagar não configura *bis in idem*, pois a indenização não é para o dano especificamente já reparado, eis que efetivamente ele já foi reparado⁷.

7. Súmula 629/STJ: Quanto ao dano ambiental, é admitida a condenação do réu à obrigação de fazer ou à de não fazer cumulada com a de indenizar.

No julgamento do Recurso Especial 1.198.727, de 14/08/2012, o STJ ao responsabilizar-se civilmente o infrator ambiental concluiu que não se deve confundir prioridade da recuperação *in natura* do bem degradado com impossibilidade de cumulação simultânea dos deveres de repristinação natural (obrigação de fazer), compensação ambiental e indenização em dinheiro (obrigação de dar), e abstenção de uso e de nova lesão (obrigação de não fazer).

Contudo, deve-se ressaltar que havendo restauração completa do dano ambiental, bem como ausente dano reflexo, não haverá o dever de indenizar. A indenização refere-se aos efeitos remanescentes, reflexos e transitórios, como é o dano que a sociedade experimentou em razão da privação, ainda que temporária da fruição do bem de uso comum, e se justifica para que haja o retorno ao patrimônio público de benefícios ilegalmente auferidos.⁸

No Direito ambiental brasileiro, pelo menos desde 1981 a responsabilidade independe da existência de culpa (§ 1º do art. 14 da PNMA, recepcionado pelo artigo 225, §3º, da CF/1988).

Existem duas teorias que explicam a responsabilidade civil, a teoria do risco integral e a teoria do risco criado ou risco proveito, sendo a primeira a teoria adotada pelo Direito brasileiro.

A teoria do risco integral constitui uma modalidade extrema da teoria do risco, em que o nexa causal é fortalecido pela inexistência das excludentes da responsabilidade (culpa da vítima; fato

8. Esse entendimento não implica a conclusão de que, sempre, será devida a indenização, pois, quando é possível a completa restauração, sem que se verifique ter havido dano remanescente ou reflexo, não há falar em indenização (STJ. REsp 1198727/MG, j. 14/08/2012, DJe 09/05/2013).

de terceiro, força maior). É modalidade excepcional, prevista em lei, para as ocasiões em que o risco criado pela atividade econômica também seja extrema, como nos casos de danos ambientais. A adoção desta teoria reforça a preocupação e proteção do meio ambiente.

Para Antunes (2020, p.332), a CF/1988 não definiu se o regime de responsabilidade ambiental é objetivo ou subjetivo.

Benjamin (1998, p. 43) afirma, “o caráter subjetivo é decorrência lógica e necessária do sistema constitucional brasileiro, pela valorização que deu ao meio ambiente (e ao dano ambiental). Só a imputação objetiva viabiliza o comando da Constituição”.

Um dos motivos da introdução da responsabilidade objetiva pela teoria do risco integral no Direito ambiental brasileiro foi exatamente a circunstância de que boa parte dos danos ambientais é causada ou por grandes corporações econômicas ou pelo próprio Estado, o que torna quase impossível a comprovação da culpa desses agentes causadores de degradação ambiental.

De tal modo, os Tribunais Superiores e a doutrina entendem que para a teoria do risco integral não cabe exclusão ou diminuição do dever de indenizar nos casos de culpa exclusiva da vítima, caso fortuito ou força maior⁹.

9. A responsabilidade por dano ambiental é objetiva, informada pela teoria do risco integral, sendo o nexo de causalidade o fator aglutinante que permite que o risco se integre na unidade do ato, sendo descabida a invocação, pela empresa responsável pelo dano ambiental, de excludentes de responsabilidade civil para afastar sua obrigação de indenizar. (Tema repetitivo 681). Disponível em:

<https://processo.stj.jus.br/repetitivos/temas_repetitivos/pesquisa.jsp?novaConsulta=true&tipo_pesquisar=T&cod_tema_inicial=681&cod_tema_final=681>
. Acesso em: 10 de mar. 2024.

Considerando-se a extensão, o dano pode-se dividir em dano patrimonial ambiental (ou dano material), que incide sobre os bens materiais; e dano extrapatrimonial ambiental (dano moral), que é o dano ocasionado à sociedade e/ou aos indivíduos. Para Leite e Ayala (2020, p. 332), a denominação mais acertada é a de dano extrapatrimonial, já que este grupo enfeixa todas as dimensões do dano que não são redutíveis a uma concepção econômica, referente a qualidade de vida que se configura como valor imaterial da coletividade.

Quanto ao dano extrapatrimonial ambiental (dano moral), sua definição não se apresenta expressamente nas Leis. Observa Milaré:

“ O dano ambiental extrapatrimonial ou moral caracteriza-se pela ofensa, devidamente evidenciada, aos sentimentos individuais ou coletivo resultantes da lesão ambiental patrimonial. Vale dizer, quando um dano patrimonial é cometido, a ocorrência de relevante sentimento de dor, sofrimento e/ou frustração resulta na configuração do dano ambiental extrapatrimonial ou moral, o qual, por certo, não decorre da impossibilidade de retorno ao status quo ante, mas, sim, da evidência desses sentimentos individuais ou coletivos. (MILARÉ, 2016)

Quanto a sua forma coletiva, o STJ, através de sua 2ª turma, vem admitindo a chamada condenação por dano moral coletivo do poluidor sempre que estivermos diante de uma presunção de danos às presentes gerações como às futuras gerações. Conforme o STJ, o dano moral coletivo ambiental atinge direitos da personalidade do grupo massificado, sendo desnecessária a demons-

tração de que a coletividade sinta a dor, a repulsa, a indignação, tal qual fosse um indivíduo isolado.

Apesar de existirem precedentes da 1ª Turma em sentido contrário (AgRg no REsp 1305977/MG, julgado em 09/04/2013), a posição majoritária é no sentido de ser cabível a condenação por dano moral coletivo. Nesse sentido, a 2ª Turma do STJ decidiu recentemente que é possível que a sentença condene o infrator ambiental ao pagamento de quantia em dinheiro a título de compensação por dano moral coletivo (REsp 1.328.753-MG, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 28/5/2013).

Importante lembrar que o desmatamento, ainda que tivesse amparada em devida licença, não desoneraria o poluidor de arcar com os danos ambientais que causasse. Atente-se ainda que, se a licença ambiental foi concedida de modo irregular e culminar na degradação ambiental, o sujeito irá responder pela degradação, assim como também responderá o Poder Público na qualidade de poluidor indireto.¹⁰

10. Os danos ambientais são regidos pela teoria do risco integral. A pessoa que explora a atividade econômica ocupa a posição de garantidor da preservação ambiental, sendo sempre considerado responsável pelos danos vinculados à atividade. Logo, não se pode admitir a exclusão da responsabilidade pelo fato exclusivo de terceiro ou força maior. No caso concreto, a construção de um posto de gasolina causou danos em área ambiental protegida. Mesmo tendo havido a concessão de licença ambiental – que se mostrou equivocada – isso não é causa excludente da responsabilidade do proprietário do estabelecimento. Mesmo que se considere que a instalação do posto de combustível somente tenha ocorrido em razão de erro na concessão da licença ambiental, é o exercício dessa atividade, de responsabilidade do empreendedor, que gera o risco concretizado no dano ambiental, razão pela qual não há possibilidade de eximir-se da obrigação de reparar a lesão verificada. (STJ, REsp 1612887/PR, j. 28/04/2020 - Informativo 671).

A IMPRESCRITIBILIDADE DA RESPONSABILIDADE PELOS DANOS AMBIENTAIS E A TUTELA PROCESSUAL

A responsabilidade civil por danos ambientais além de objetiva e solidária é imprescritível, haja vista que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é essencial à sadia qualidade de vida. Logo, não há prazo para o ajuizamento de ações de reparação civil por danos ao meio ambiente.

Consoante assentado pelo STJ, não se admite a consolidação e manutenção de situações que gerem prejuízos ao meio ambiente, em razão do decurso do tempo, haja vista que inexistente direito adquirido à poluição ou degradação do meio ambiente. Ou seja, para o STJ, a pretensão reparatoria ambiental será perpétua.¹¹

O STF também afirma que a pretensão de reparação ambiental é imprescritível, reconhece o direito ao meio ambiente como direito fundamental de terceira dimensão, correlacionado ao direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, à vida, à essencial afirmação dos povos, além de ser um direito à existência¹².

Como destacado por Sarlet e Fensterseifer (2021, p. 465), as Cortes Superiores no Brasil (STF e STJ) têm exercido um papel ativo na consagração de novos institutos ambientais a partir de interpretação mais protetiva ao meio ambiente, valendo-se

11. [...] IV - Não há falar em direito adquirido à manutenção de situação que gere prejuízo ao meio ambiente, bem como de que, nos termos da Súmula n. 613/STJ, não se admite a aplicação da teoria do fato consumado em tema de Direito Ambiental. [...] (AgInt no REsp 1676609/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 08/06/2020, DJe 12/06/2020)

12. STF. Plenário. RE 654833, Rel. Alexandre de Moraes, julgado em 20/04/2020 - Repercussão Geral – Tema 999.

destacar “o reconhecimento do direito ao meio ambiente como um direito fundamental (e humano) de terceira dimensão, a caracterização da imprescritibilidade do dever de reparação do meio ambiente, a inversão do ônus da prova em matéria ambiental, a adoção da teoria do risco integral em matéria ambiental (inadmitindo as excludentes de ilicitudes), o reconhecimento do dano moral ambiental coletivo, bem como a incidência da garantia (e princípio) da proibição de retrocesso em matéria ambiental”.

Por oportuno, destaca-se o seguinte enunciado, retirado da publicação “Jurisprudência em Teses” do STJ, que trata de matéria ambiental: “Não há direito adquirido a poluir ou degradar o meio ambiente, não existindo permissão ao proprietário ou posseiro para a continuidade de práticas vedadas pelo legislador”.

No que tange à tutela processual, destacam-se os termos de ajustamento de conduta e outras medidas judiciais e extrajudiciais.

A lei da PNMA definiu a legitimidade do Ministério Público para a propositura das respectivas ações de responsabilidade, nos termos dos seus arts. 4º, inciso VII e 14, § 1º.

A Lei das Ações Cíveis Públicas (LACP), Lei Federal n.º 7.347/85, também possui relevância na defesa do meio ambiente, por ser instrumento para a reparação por danos patrimoniais e morais causados ao meio ambiente.¹³

13. Art. 1º, da LACP: Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados: I - ao meio-ambiente. (BRASIL, 1985).¹⁴ Art. 5º [...] LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao

Os responsáveis pela degradação ambiental são co-obrigados solidários, formando-se, em regra, nas ações civis públicas ou coletivas litisconsórcio facultativo.

Fernandes e Saddy (2019, p. 171) expõem que a referida lei ampliou a proteção jurídica do meio ambiente ao elencá-lo como bem jurídico a ser protegido e por conferir legitimidade ativa aos órgãos e entidades públicas para a sua propositura.

A redação original do art. 5º da LACP estendeu a legitimidade do Ministério Público para a União, Estados-Membros, Municípios, entidades autárquicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e associações, definindo novo rol amplo de legitimados para as ações de responsabilidade civil por danos ambientais.

É possível a condenação cumulativa de obrigação de fazer (recomposição do meio ambiente degradado) com obrigação de pagar quantia certa a título de compensação por dano moral ambiental, em ação civil pública proposta em razão de dano ambiental. (STJ, REsp 1.328.753/MG – Informativo 526).

Ademais, o Constituinte estendeu a todos os cidadãos e cidadãs, a legitimidade ativa para a propositura de ações populares para anulação de atos lesivos ao meio ambiente, inclusive com isenção de custas e dos ônus de sucumbência, nos termos do seu art. 5º, inciso LXXIII¹⁴.

Tais previsões processuais, reconhecem a ofensa ao direito fundamental difuso ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e aos valores da pessoa humana. O dano surge como

meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência (BRASIL, 1988).

consequência de uma lesão à esfera extrapatrimonial de uma comunidade específica, quando determinada conduta viola de forma ilegal ou intolerável os valores normativos fundamentais da sociedade em questão, gerando repulsa e indignação na consciência coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após séculos de exploração e degradação ambiental, a sociedade internacional demonstrou preocupação com a agenda ambiental, e passou a promover a cooperação global com encontros entre Estados para a criação de mecanismos e alternativas para o desenvolvimento sustentável.

Com essa influência, a Constituição Federal brasileira, nos moldes do art. 225, elevou o status jurídico do meio ambiente ecologicamente equilibrado para bem jurídico que prescreve direitos para as presentes e futuras gerações, impondo deveres ao Poder Público e às coletividades.

Dentre os vários dispositivos e instrumentos presentes no ordenamento jurídico brasileiro para a proteção do meio ambiente, destaca-se o da responsabilidade civil ambiental.

Entretanto, especialmente no contexto da sociedade de risco, a mera declaração de direitos, inclusive os relacionados ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, não se faz suficiente para garantir a sua efetividade.

Para proteger e promover o direito ao meio ambiente sustentável, é necessário um conjunto de esforços, desde a tutela jurídica às políticas e práticas que abordem questões como conservação da

biodiversidade, mitigação das mudanças climáticas, gestão de recursos naturais, poluição ambiental, entre outros.

Neste caminho, é essencial o acesso à informação, a compreensão e participação ativa da sociedade civil, das empresas e do governo na implementação e cumprimento das medidas sustentáveis, de modo a franquear a educação e a democracia ambiental afinal, o direito ao meio ambiental sustentável é direito e dever de todos. A este respeito, é importante lembrar a redação do artigo. 225, § 1.º, VI, da CF/1988, que prevê a necessidade de promoção da educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

O acesso a informações atualizadas e precisas sobre o meio ambiente é fundamental para a tomada de decisões e implementação de políticas públicas de gestão ambiental. Com acesso à informações, as pessoas podem cobrar e fazer escolhas que promovam a sustentabilidade.

No que concerne a análise do dano moral coletivo pelo sistema judicial brasileiro, vê-se decisões favoráveis ao pleito da responsabilização civil do infrator, o que gera efeitos não apenas em sua esfera individual, mas também promove uma agenda de diálogo institucional com o Executivo e Legislativo na busca de implementação de medidas que busquem assegurar o desenvolvimento sustentável.

Importante lembrar ao sistema judicial brasileiro que a jurisprudência em matéria ambiental não pode ser conservadora, pois esta deve acompanhar a evolução da sociedade e estar atenta aos problemas contemporâneos. É essencial, por exemplo, uma abordagem flexível e equitativa na valoração do dano ambiental

moral coletivo, de forma a garantir a reparação adequada dos prejuízos e a promoção da justiça ambiental e social no Brasil.

A relevância desta investigação circunda a temática do desenvolvimento sustentável, direito fundamental transgeracional, ao passo que, compreendê-lo a partir da jurisprudência, entrega uma importância prática, visto que o atual Código de Processo Civil positivou a “lógica de precedentes” em seu artigo 489, no atual estado em que julgadores têm atribuído peso decisório à jurisprudência.

Em conclusão, tem-se como essencial o fortalecimento de esforços coletivos para proteger e preservar o meio ambiente, a necessidade da abordagem holística do assunto e a aplicação efetiva de institutos como a responsabilidade civil. Isso requer uma abordagem integrada e colaborativa que envolva todos os setores da sociedade, visando alcançar um equilíbrio entre o desenvolvimento humano e a preservação ambiental.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Pilar Prazeres de. **O dano moral ambiental coletivo**. 1^a edição,

Florianópolis : Tirant lo Blanch, 2018.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. 21^a edição, São Paulo: Atlas, 2020.

BECK, Ulrick. **Sociedade de risco**: Rumo a uma outra modernidade. 2^a edição, São Paulo: Editora 34, 2011.

BENJAMIN, Antônio Herman. **Responsabilidade civil**

pelo dano ambiental. Revista de Direito ambiental – RDA. São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 9, jan.-mar./1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988).** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 14 de mar. 2024.

_____. **Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981.** Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm >. Acesso em: 15 de mar. 2024.

_____. **Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7347orig.htm>. Acesso em: 15 de mar. 2024.

_____. **Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm >. Acesso em: 15 de mar. 2024.

_____. **Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 15 de mar. 2024.

_____. Supremo Tribunal Federal. Plenário. **ADPF 747 MC-Ref/DF, ADPF 748 MCRef/DF e ADPF 749 MC-Ref/DF**, Rel. Min. Rosa Weber, julgados em 27/11/2020 (Info 1000). Disponível em: < <https://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo1000.htm> >. Acesso em: 02 de março de 2024.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula nº 629.** Disponível em:< <https://www.stj.jus.br/publicacaoinstitucio>

nal/index.php/sumstj/author/proofGalleyFile/5059/ 5185>.
Acesso em: 15 de mar. 2024.

----- Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1198727/MG**. Rel. Min. Assusete Magalhães, julgado em 19/09/2023, DJe 22/09/2023, Disponível em: < <https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?b=ACOR&livre=%28RESP.clas.+e+%40num%3D%221989778%22%29+ou+%28RESP+adj+%221989778%22%29.suce.&O=JT> >. Acesso em: 02 de março de 2024.

----- Superior Tribunal de Justiça. **Tema repetitivo 681**. Disponível em: <https://processo.stj.jus.br/repetitivos/temas_repetitivos/pesquisa.jsp?novaConsulta=true&tip_o_pesquisa=T&cod_tema_inicial=681&cod_tema_final=681> . Acesso em: 10 de mar. 2024.

----- Tribunal de Justiça do estado do Amapá. **Acórdão n. 161242**. Rel. Desembargador Relator João Lages. Macapá: DJE nº 000187/2022 em 17/10/2022. Disponível em: < http://tucu.juris.tjap.jus.br/tucujuris/pages/consultarprocesso/consultarprocesso.html?numero_unico=001544684.2020.8.03.0001&nome_parte=> >. Acesso em: 03 de março de 2024.

DE JANEIRO, R. I. O. **Declaração do Rio sobre meio ambiente e desenvolvimento**. Rio de Janeiro, 1992.

FEFERBAUM, Marina. **Metodologia da pesquisa em Direito**. 3ª edição, São Paulo: Saraiva Jur, 2023.

FERNANDES, Eduardo Faria; SADDY, André. **Evolução da tutela do meio ambiente nas Constituições brasileiras**. Revista de Direito econômico e socioambiental, Curitiba, v. 10, n. 3, set./dez. 2019, Disponível em: < <https://dial> >

net.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8742274>. Acesso em: 17 de mar. 2024.

GONÇALVES, Jéssica. **Análise econômica dos princípios ambientais do poluidor pagador e usuário pagador**. Revista da ESMESC, v. 21, n. 27, 2014, Disponível em: <<https://www.revista.esmesc.org.br/re/article/view/106>>. Acesso em: 10 de mar. 2024.

LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patryck de Araújo. **Dano ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial**: teoria e prática. 3ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patrick de Araújo. **Dano ambiental**. 8ª edição, Rio de Janeiro: Forense, 2020.

LEITE, José Rubens Morato; MELO, Melissa Ely. **As funções preventivas e precaucionais da responsabilidade civil por danos ambientais**. Revista Sequência, n. 55, p. 195-218, dez. 2007.

MILARÉ, Édis. **Direito ambiental**. 10ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

_____. **Reação jurídica à danosidade ambiental**: contribuição para o delineamento de um microsistema de responsabilidade. 2016. 362 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: < <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/18874/2/Édis%20Milaré.pdf> >. Acesso em: 01 mar. 2024.

SARLET, Ingo Wolfgang. FENSTERSEIFER, Tiago. **Curso**

de Direito ambiental. 2^a edição, Rio de Janeiro: Editora Forense, 2021.